

## **REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**

### **DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS: EDUCAÇÃO**

**Março de 2022**

**Responsáveis: Juliana de Lucena Ruas Riani e Claudia Julia Guimarães Horta**

#### **SUMÁRIO**

<b>1. A ESTRUTURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....</b>	<b>1</b>
<b>2. QUADRO DA EDUCAÇÃO EM CONSELHEIRO LAFAIETE .....</b>	<b>4</b>
<b>3. GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM CONSELHEIRO LAFAIETE.....</b>	<b>24</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>

#### **1. A ESTRUTURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL**

A Emenda Constitucional nº 59 de 2009 (BRASIL, 2009), assegura educação básica obrigatória e gratuita para todas as crianças e jovens que tenham entre 4 e 17 anos de idade, sendo garantida inclusive sua oferta gratuita para os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Já a Emenda Constitucional nº 53 de 2006, explicita, no Artigo 208, que “o dever do Estado com a educação será efetivado [...] mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. A Constituição Federal de 1988 também estabelece que cabe ao Estado e a família assegurar tanto o acesso das crianças e jovens ao sistema de ensino, quanto o fluxo escolar e a qualidade educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) organiza a educação básica e obrigatória em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio e ocorre por meio dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que devem atuar em regime de colaboração. A União é responsável pelas instituições de educação superior, criadas e mantidas pelos órgãos federais de educação e também pela iniciativa privada. Também é responsável, entre outras responsabilidades, pela elaboração do Plano

Nacional da Educação (PNE) e prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, exercendo a função redistributiva e supletiva na educação.

Os Estados e Distrito Federal são responsáveis em assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandam. Estados incumbir-se-ão de definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público. Já os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. O município pode optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Além da Constituição Federal e a LDB que regem o sistema educacional, em 2014, foi elaborado e aprovado como lei, o Plano Nacional da Educação (PNE), que estabeleceu vinte metas a serem alcançadas em dez anos. As metas se organizam em torno de quatro blocos. O primeiro diz respeito ao acesso; à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais; e, aos investimentos na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos. Um segundo grupo de metas diz respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade. Um terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para consecução das metas anteriores. Um quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

As diretrizes do PNE devem ser referenciais para a elaboração das metas e estratégias dos planos subnacionais, entretanto, considerando as especificidades locais. É importante que os planos subnacionais sejam fruto de um planejamento articulado entre as diferentes esferas governamentais e aos Planos Plurianuais (PPA), às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Também é necessária a

participação da sociedade e a articulação com outras políticas sociais, como saúde, assistência social, trabalho e renda, esporte, entre outras.

Outro marco de mudança no arcabouço regulatório da educação foi na sua forma de financiamento. Em 1996, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) que em 2006 passou a incluir os demais níveis de ensino e não apenas o fundamental e passando a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em 2020, por meio da Emenda Constitucional nº 108, o Fundeb foi instituído como instrumento permanente da educação pública, incluindo modificações importantes, como a ampliação da complementação da União no financiamento, que passa de 10% a 23%, e destinadas para os entes – estados e municípios – que não atinjam o valor mínimo por aluno de referência (antes se destinava apenas aos estados que não atingissem este valor).

Estes aportes legais relativos à área educacional apresentam avanços quanto ao reconhecimento da importância da educação em todas as idades e refletem as intervenções públicas que objetivam o enfrentamento dos déficits educacionais históricos que o Brasil e suas unidades federadas possuem. Embora o Brasil ainda apresente resultados ruins quando se realizam comparações internacionais (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA - e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), ocorreram avanços inegáveis na área da educação, como a redução da taxa de analfabetismo e a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, o que requer uma rede de escolas capilarizada e adequadamente distribuída nos territórios. Universalizada a oferta para o Ensino Fundamental, as atenções se voltam para dois grandes problemas: (a) melhorar a qualidade e regularizar o fluxo no sistema de ensino, de modo a assegurar que o período de permanência na escola resulte em aprendizagem, mas sem a excessiva punição dos alunos pelo desempenho inadequado, e (b) ampliar a oferta da Educação Infantil, segmento relativamente abandonado pelas políticas públicas.

Importante ressaltar também a relevância das instâncias colegiadas, como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, que são importantes instrumentos da sociedade civil organizada para estabelecer maior controle da gestão municipal de ensino.

O diagnóstico da situação educacional em Conselheiro Lafaiete aborda os aspectos da gestão do sistema, da articulação entre as esferas de governo (União e Estado) e entre outros setores, como saúde, esporte, cultura, segurança e assistência social, o acesso e a qualidade da educação e a existência e atuação dos conselhos de educação.

Para captar estes aspectos é realizada a triangulação de dados quantitativos e qualitativos. Os métodos quantitativos são análises baseadas em dados secundários de informações educacionais de diferentes fontes, enquanto que os métodos qualitativos são dados primários coletados por meio de entrevistas semiestruturadas de atores chaves da área educacional.

## **2. QUADRO DA EDUCAÇÃO EM CONSELHEIRO LAFAIETE**

Para traçar o quadro educacional em Conselheiro Lafaiete, foram levantados indicadores de cobertura, como rede escolar e matrículas, assim como indicadores de desempenho, alguns dos quais também para os municípios limítrofes e para o estado. A comparação com os vizinhos é uma referência importante por retratar a situação do entorno, onde se presumem condições similares, em que pesem as especificidades de cada localidade. A referência do estado de Minas Gerais traz uma ideia da média estadual que contém disparidades muito grandes, englobando as melhores posições e também as piores, de regiões e localidades que enfrentam vários tipos de privação, inclusive de educação de qualidade.

A taxa de analfabetismo em Conselheiro Lafaiete diminuiu entre 2000 e 2010, passando de 5,5% para 3,5%. A porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais que não sabe ler e escrever é menor que a do estado de Minas Gerais (Tabela 1). Infelizmente, só é possível calcular a taxa de analfabetismo para o município com os dados dos censos demográficos, dessa forma, não existem dados mais recentes.

Tabela 1 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais–Conselheiro Lafaiete e Minas Gerais - 2000 e 2010(%)

Município e Estado	2000	2010
Conselheiro Lafaiete	5,5	3,5
Minas Gerais	12,0	8,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

Do ponto de vista institucional, o setor da educação pública em Conselheiro Lafaiete conta com estrutura específica de gestão – a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que segundo entrevistados, possui uma estrutura muito enxuta e deficitária para o tamanho do ensino do município. O município possui sistema próprio de ensino, sendo responsável por legislar e fiscalizar a educação infantil e o ensino fundamental. O Conselho Municipal de Educação de Conselheiro Lafaiete (CMECL) é atuante e cumpre seu papel regimental, atualmente com reuniões mensais e, quando necessário, convoca reuniões extraordinárias. Quando chega uma demanda ao CMECL é instituída uma câmara técnica para avaliar, com técnicos especializados no assunto.

A municipalização do ensino fundamental e da educação infantil que deve ser prioridade da política de educação local encontra-se parcialmente implantada em Conselheiro Lafaiete, considerando que o município assume a totalidade, apenas da educação infantil. No ensino fundamental até o 5º ano (anos iniciais), as escolas municipais são responsáveis por 69,6% das matrículas e nos anos finais (6º ao 9º ano do fundamental), o percentual é de 47,6%. O ensino médio é ofertado nas três esferas administrativas, com maior representatividade das escolas estaduais (83,7%), ficando a rede municipal com 8,9% das matrículas<sup>1</sup>(Tabela 2). Outros dois pontos chamam atenção. Primeiro, o fato de que as escolas, e conseqüentemente os alunos, encontram-se majoritariamente na zona urbana do município<sup>2</sup>. Na pré-escola e no ensino fundamental cerca de 95% das matrículas estão na zona urbana. No caso das matrículas em creches e no ensino médio todas estão localizadas na área urbana. Com relação à localização das escolas, observa-se que de um total de 20 escolas estaduais, todas estão localizadas na área urbana e das 34 escolas municipais, apenas

<sup>1</sup> Apenas a escola municipal Napoleão Reis oferece o ensino médio.

<sup>2</sup> Em 2010, segundo o Censo demográfico do IBGE, a taxa de urbanização em Conselheiro Lafaiete era de 95,5%.

sete são rurais. O segundo ponto é sobre a participação do ensino privado no atendimento aos estudantes, principalmente na educação infantil, que atende a 766 alunos nas creches - valor praticamente igual à esfera municipal - e 842 na pré-escola, equivalente a 35% do atendimento prestado pelo município.

Tabela 2 - Número de matrículas no sistema público de ensino, por nível de ensino e dependência administrativa e situação censitária – Conselheiro Lafaiete– 2020

Dependência Administrativa	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Creche		Pré-escola		1º ao 5º ano		6º ao 9º ano		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Estadual Urbana	-	-	-	-	2130		3288		3085	
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Estadual	-	-	-	-	2130	30,4	3288	52,4	3085	83,7
Municipal Urbana	841	-	2294	-	4610	-	2921	-	329	-
Municipal Rural	-	-	119	-	264	-	66	-	-	-
Total Municipal	841	100,0	2413	100,0	4874	69,6	2987	47,6	329	8,9
Total Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	272	7,4
Total	841	100,0	2413	100,0	7004	100,0	6275	100,0	3674	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: out. 2021.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

O ensino integral está parcialmente implantado na rede educacional de Conselheiro Lafaiete, sendo que na educação infantil, que é responsabilidade do município, a totalidade dos alunos matriculados em creche está em regime integral, já na pré-escola, o percentual de alunos é de apenas 7,0%. No ensino fundamental, seja nos anos iniciais ou finais, o período integral é mais presente na rede estadual, sendo que na municipal nenhuma escola tem ensino integral nos anos iniciais e 5,2% tem nos anos finais (TABELA 3).

Na educação infantil, em 2020, haviam 3.254 crianças matriculadas na rede municipal e deste total, 841 tinham de zero a três anos. A educação infantil, especialmente para as idades iniciais é a grande lacuna da rede escolar brasileira e alvo da primeira meta do Plano Nacional de Educação. O desafio colocado nesse documento é o de universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e ampliar o atendimento para 0 a 3 anos em creches de modo a atender, no mínimo, 50% dessa população. O que foi observado a partir

das informações coletadas com a pesquisa de campo no município indica que a cobertura da educação infantil para crianças de zero a três anos ainda é deficitária, com a oferta muito aquém da demanda.

Tabela 3 - Número de matrículas no sistema público de ensino, por nível de ensino e dependência administrativa e duração de jornada – Conselheiro Lafaiete–2020

Dependência Administrativa	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Creche		Pré-escola		1º ao 5º ano		6º ao 9º ano			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estadual Integral	-	-	-	-	105	4,9	418	12,7	277	6,1
Estadual Parcial	-	-	-	-	2025	95,1	2870	87,3	2808	93,9
Total Estadual	-	-	-	-	2130		3288		3085	
Municipal Integral	841	100,0	170	7,0	-	-	156	5,2	-	-
Municipal Parcial	-	-	2243	93,0	4874	100,0	2831	94,8	329	100,0
Total Municipal	841	-	2413	-	4874	-	2987	-	329	-
Federal Integral	-	-	-	-	-	-	-	-	272	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: out. 2021.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A Tabela 4 apresenta as taxas de atendimento por grupo etário e as taxas de escolarização líquida do ensino fundamental e médio. Os dados reforçam a baixa cobertura das crianças de 0 a 3 anos de idade, fato constatado também na pesquisa de campo. Em 2020, apenas 23,3% das crianças nesta faixa etária frequentavam creches. Por outro lado, a pré-escola e o ensino fundamental, já estão universalizados. Está no planejamento da SEMED a construção de escolas que também tenham creche nos bairros Siderúrgico e Santa Cruz, entretanto, a construção não é de imediato e deve-se considerar que a demanda por vagas nessa etapa de ensino é em todo o município. Há uma obra de uma creche no bairro Bela Vista que está paralisada desde 2012, devido a inconsistências no Plano de Ações Articuladas, mas está sendo realizada uma repactuação com o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) para a retomada da obra.

Com relação aos jovens de 15 a 17 anos, observa-se que 88,4% frequentam algum estabelecimento de ensino, porém, apenas 63,2% frequentam o ensino médio, nível de

ensino adequado a esta faixa etária (Tabela 4). Pode-se dizer, portanto, que o ensino médio ainda não está universalizado e que parte dos jovens em idade adequada de cursá-lo ainda está no ensino fundamental.

Tabela 4- Taxa de atendimento e taxa de escolarização líquida –Conselheiro Lafaiete, 2015-2020 (%)

Ano	Taxa de atendimento por grupo etário			Taxa de escolarização líquida	
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	15 a 17 anos	Ensino fundamental	Ensino médio
2015	17,6	96,6	89,7	99,1	60,5
2016	16,5	99,1	89,4	99,4	61,9
2017	16,8	97,7	87,2	100,0	60,4
2018	20,5	99,3	88,2	100,0	63,2
2019	23,3	100,0	86,1	100,0	61,8
2020	23,3	100,0	88,4	100,0	63,2

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: novembro de 2021.

A formação dos professores apresentou avanço entre 2016 e 2020, de forma geral, em todos os níveis de ensino, alcançando patamares elevados de docentes com curso superior, próximos da totalidade. Exceção apenas para as creches, que a despeito do aumento no período e da recomendação da LDB tinha 84,0% dos seus docentes nessa condição (Tabela 5).

Quando se observa os percentuais de docentes com curso superior em Conselheiro Lafaiete e do estado de Minas Gerais, tem-se a superioridade do município em todos os níveis de ensino. Geograficamente e relativamente aoseu em torno, formado por sete municípios, verifica-se que Conselheiro Lafaiete posicionava-se, em 2020, como o terceiro ou quarto município com maior percentual de professores com curso superior no ensino público (Tabela 6).

Tabela 5 – Percentual de docentes com curso superior no ensino público básico, por nível de ensino e anos selecionados – Conselheiro Lafaiete– 2016, 2018 e 2020 (%)

Ano	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Creche	Pré-Escola	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	
2016	68,8	89,5	94,3	95,8	96,0
2018	80,5	92,0	94,2	96,7	96,0
2020	84,0	97,4	98,8	99,4	99,2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: out. 2021.

Nota: Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os professores formados em nível médio na modalidade normal estão habilitados a lecionar na educação infantil (creche e pré-escola) e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 6 - Percentual de docentes com curso superior no ensino público básico, por nível de ensino e Municípios limítrofes, Conselheiro Lafaiete e Minas Gerais - 2020 (%)

Nome do Município	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Creche	Pré-Escola	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	
Minas Gerais	77,7	89,4	95,7	97,9	98,6
Conselheiro Lafaiete	84,0	97,4	98,8	99,4	99,2
Congonhas	100,0	95,8	98,4	99,5	100,0
Cristiano Ottoni	-	72,7	87,5	93,9	96,0
Itaverava	50,0	70,0	90,5	94,1	96,8
Ouro Branco	85,7	95,1	96,9	99,2	99,2
Queluzito	-	100,0	100,0	100,0	100,0
Santana dos Montes	0,0	66,7	81,3	100,0	100,0
São Brás do Suaçuí	100,0	100,0	100,0	94,4	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: out. 2021.

Importante analisar também a rotatividade dos professores nas escolas, pois tem influência sobre os resultados produzidos pela escola e pelo sistema como um todo. Um dos pontos relevantes é a integração da equipe. Quando há uma relação de confiança, de complementaridade e de colaboração entre os seus membros, o trabalho tende a produzir resultados melhores. A alta rotatividade trabalha em sentido inverso ao bom ambiente escolar e pode interferir negativamente nos resultados das escolas. Com base no Índice de

Regularidade Docente (IRD)<sup>3</sup>, calculado pelo Inep, verifica-se que nas escolas da rede estadual a rotatividade dos docentes é maior que nas escolas da rede municipal (Tabela7). Esta diferença entre as redes de ensino se deve principalmente pela maior quantidade de professores não efetivos que lecionam na rede estadual.

Tabela 7 – Percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) por dependência administrativa, Conselheiro - 2020

Dependência Administrativa	Baixa regularidade	Média-baixa	Média-alta	Alta
Estadual	14,3	71,4	14,3	0,0
Municipal	0,0	8,8	55,9	35,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/regularidade-do-corpo-docente>>. Acesso em: out. 2021.

Um indicador importante da situação educacional é a distorção idade-série a qual, além de grave em si mesma, compromete a longevidade educacional e aumenta os custos de oportunidades educacionais, justamente das populações mais vulneráveis. Em Conselheiro Lafaiete, ao longo da série 2016 - 2020, nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se uma tendência de leve queda, alcançando em 2020 o valor de 5,9%(Tabela8). Do 6º ao 9º ano, a proporção de alunos cursando séries inadequadas à sua faixa etária é consideravelmente mais alta que do 1º ao 5º ano e apresentaram estabilidade. Também para o ensino médio as taxas apresentaram pequena redução no período, mas encontram-se ainda em patamar bastante elevado (29,4% em 2020).

---

<sup>3</sup>O Índice de Regularidade Docente (IRD) tem por objetivo avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir da observação da permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos. Para cada docente em cada escola foi atribuída uma pontuação de forma que fosse valorizado: o total de anos em que o docente atuou na escola nos últimos 5 anos, a atuação do docente na escola em anos mais recentes e a atuação em anos consecutivos. As escolas foram classificadas pelas seguintes faixas do indicador de regularidade: Baixa regularidade; Média-baixa; Média-alta; Alta. Para maiores informações ver Nota Técnica do Inep disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2014/docente\\_regularidade\\_vinculo/nota\\_tecnica\\_indicador\\_regularidade\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf)>.

Tabela 8 - Taxa de distorção idade-série no ensino público básico, por nível de ensino e anos selecionados – Conselheiro Lafaiete – 2016, 2018 e 2020 (%)

Ano	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Total Ensino Fundamental	Total Ensino Médio
2016	7,5	27,9	17,1	35,5
2018	6,1	29,5	17,1	32,2
2020	5,9	28,9	16,8	29,4

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2021

Em todos os níveis de ensino, Conselheiro Lafaiete possui taxa de distorção idade-série maior que o estado de Minas Gerais (Tabela9). Porém, comparado aos municípios limítrofes, Conselheiro Lafaiete se encontra, de modo geral, em uma posição intermediária nos anos iniciais do ensino fundamental e no ensino médio, entretanto, apresenta a pior situação juntamente com Ouro Branco nos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 9 - Taxa de distorção idade-série no ensino público básico do município de Conselheiro Lafaiete, Municípios limítrofes e Minas Gerais – 2020 (%)

Nome do Município	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Total Ensino Fundamental	Total Ensino Médio
Minas Gerais	3,8	19,5	11,3	25,7
Conselheiro Lafaiete	5,9	28,9	16,8	29,4
Congonhas	6,7	26,5	15,5	28,2
Ouro Branco	6,9	28,7	16,9	37,2
Itaverava	1,0	24,1	12,8	31,0
Santana dos Montes	2,6	16,3	9,4	24,3
Cristiano Ottoni	5,4	26,7	14,9	37,0
Queluzito	9,3	22,6	15,9	29,8
São Brás do Suaçuí	2,0	11,5	6,8	22,8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2021

A distorção idade-série tem significativa variação entre as escolas (Tabela10). Nos anos finais do ensino fundamental, as escolas estaduais Pacífico Vieira, Prof.<sup>a</sup> Maria Augusta Noronha<sup>4</sup> e Monsenhor Antônio José Ferreira são as que apresentam as maiores distorções idade-série, com mais da metade dos seus alunos com idades superiores à

<sup>4</sup> Esta escola foi fechada em 2021.

adequada a série que frequentam. Chama atenção a EE Pacífico Vieira, em que 85,7% dos alunos que estavam matriculados nesse nível de ensino em 2020 eram defasados em relação à adequação idade-série. No ensino médio, as escolas estaduais Pacífico Vieira e Prof. Astor Vianna são as que possuem os maiores percentuais de matrículas acima da idade adequada, 80,9% e 50,7%, respectivamente. Na rede municipal, nos anos iniciais, as maiores taxas de distorção são encontradas nas escolas Jadir Pinto de Azevedo (17,3%) e Deputado Ely Franco Ribeiro (17,1%). Nos anos finais, as escolas municipais com maiores taxas são Jair Noronha (36,8%) e CAIC EM Dr. Rui Pena (35,6%).

Nas escolas municipais não há um programa ou projeto específico para a correção da idade-série dos alunos. Já na rede estadual, há um programa específico para a adequação entre a idade do aluno e a série cursada, em que o aluno cursa dois anos em um. Entretanto, as escolas possuem autonomia em aderir ou não ao programa e em 2021 apenas a EE Narciso de Queiros aderiu.

Tabela 10 - Taxa de distorção idade-série nas escolas do ensino público básico do município de  
Conselheiro Lafaiete - 2020 (%)

Nome da escola	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Total Ensino Fundamental	Total Ensino Médio	Dependência Administra	Localização
EE PROFESSOR ALCIDES RODRIGUES PEREIRA	2,1	--	2,1	--	Estadual	Urbana
EE PROFESSOR ASTOR VIANNA	11,5	58,0	49,8	50,7	Estadual	Urbana
EE AUGUSTO JOSE VIEIRA	2,9	22,5	10,5	47,4	Estadual	Urbana
EE DOMINGOS BEBIANO	6,8	33,2	25,5	33,9	Estadual	Urbana
EE QUEIROZ JUNIOR	0,0	14,4	10,7	14,5	Estadual	Urbana
EE DOUTOR ANTERO CHAVES	2,7	36,5	19,0	31,3	Estadual	Urbana
EE GENERAL OSWALDO PINTO DA VEIGA	2,2	--	2,2	--	Estadual	Urbana
EE GENERAL SYLVIO RAULINO DE OLIVEIRA	3,2	20,8	14,2	24,8	Estadual	Urbana
EE GERALDO BITTENCOURT	5,2	33,3	21,8	31,6	Estadual	Urbana
EE MONSENHOR HORTA	--	23,5	23,5	26,0	Estadual	Urbana
EE PROFESSORA MARIA AUGUSTA NORONHA	--	78,5	78,5	48,4	Estadual	Urbana
EE MONSENHOR ANTONIO JOSE FERREIRA	--	63,9	63,9	40,0	Estadual	Urbana
EE ISAURA FERREIRA	5,6	30,2	24,1	31,2	Estadual	Urbana
EE LOPES FRANCO	14,8	34,5	28,6	18,1	Estadual	Urbana
EE LUIZ DE MELLO VIANNA SOBRINHO	6,7	44,8	36,1	36,9	Estadual	Urbana
EE MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	0,4	--	0,4	--	Estadual	Urbana
EE NARCISO DE QUEIROS	--	37,9	37,9	31,6	Estadual	Urbana
EE PACIFICO VIEIRA	--	85,7	85,7	80,9	Estadual	Urbana
EE DOUTOR ANTONIO NOGUEIRA DE REZENDE	4,3	18,8	11,6	42,9	Estadual	Urbana
EE MOACIR DE SOUZA DIAS	4,3	27,3	20,4	28,6	Estadual	Urbana
IFMG - CAMPUS AVANÇADO CONSELHEIRO LAFAIETE	--	--	--	12,5	Federal	Urbana
EM PREFEITO PEDRO SILVA	8,1	--	8,1	--	Municipal	Rural
EM PROFESSORA MARIA SERAFINA PEIXOTO	14,3	--	14,3	--	Municipal	Rural
EM ROMEU GUIMARAES	1,4	--	1,4	--	Municipal	Rural
EM ARNALDO RODRIGUES PEREIRA	12,3	30,3	22,0	--	Municipal	Rural
EM ESPERIDIAO PEREIRA	0,0	--	0,0	--	Municipal	Rural
EM HERCULANO DO VALLE	0,0	--	0,0	--	Municipal	Rural
ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSE LOBO DA SILVEIRA	9,3	--	9,3	--	Municipal	Rural
EM SEBASTIAO PEREIRA DA FONSECA	0,0	--	0,0	--	Municipal	Rural
ESCOLA MUNICIPAL JULIA MIRANDA NOGUEIRA	3,4	--	3,4	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL JAIR NORONHA	10,3	36,8	21,4	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL MERIDIONAL	3,6	21,3	10,7	--	Municipal	Urbana
EM NAPOLEAO REIS	--	15,7	15,7	12,8	Municipal	Urbana
EM PROF DORIOL BEATO	4,1	18,2	10,8	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NILCE MOREIRA	6,6	20,1	11,6	--	Municipal	Urbana
EM PROFESSOR LUIZ CARLOS GOMES BEATO	--	17,3	17,3	--	Municipal	Urbana
CAIC EM DR RUI PENA	6,0	35,6	20,2	--	Municipal	Urbana
EM MARINHO FERNANDES	11,1	34,6	19,3	--	Municipal	Urbana
EM JOSE CASTELLOES DE MENEZES	15,7	--	15,7	--	Municipal	Urbana
EM VEREADOR JOSE ALEIXO DE MATOS	11,3	30,1	19,3	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO DA FONSECA	4,0	--	4,0	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ALFREDO LAPORTE	2,5	--	2,5	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR OLAVO MENDES BRANDAO	4,8	--	4,8	--	Municipal	Urbana
EM DEP ELY FRANCO RIBEIRO	17,1	--	17,1	--	Municipal	Urbana
EM PEDRO REZENDE DOS SANTOS	2,2	--	2,2	--	Municipal	Urbana
ESCOLA MUNICIPAL JADIR PINTO DE AZEVEDO	17,3	--	17,3	--	Municipal	Urbana

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em:  
<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2021.

A taxa de distorção idade-série é consequência, principalmente, da retenção dos alunos entre as séries, seja pela reprovação seja pelo abandono. Assim, para captar estes problemas, a Tabela 11 apresenta as taxas de rendimento escolar do município de Conselheiro Lafaiete. Estas taxas avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo, sendo composta pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono. A taxa de aprovação é um dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de aprovação se encontrava em patamar elevado e estável em torno de 97% nos anos 2016 e 2018, aumentando para 99,4% em 2020. Tal fato está relacionado à pandemia da Covid-19 que alterou substantivamente as atividades e processos avaliativos, corroborada pelas entrevistas realizadas no município. A taxa de reprovação que girava em torno de 3% passou para zero em 2020. Nos anos finais do fundamental, a taxa de aprovação é menor que a verificada para os anos iniciais, e também sofreu aumento no período analisado. Em 2020, as escolas públicas do município apresentaram taxa de aprovação de 96,3%, aumento proveniente, como já comentado, pela não reprovação devido à pandemia da Covid-19. Por outro lado, as taxas de abandono das duas etapas do fundamental, mantiveram seu ritmo de crescimento que já era observado durante o período analisado.

Com relação ao ensino médio, as taxas de aprovação são maiores que as do fundamental, e também apresentou aumento entre 2016 e 2020. O maior aumento verificado em 2020 foi consequência da queda das taxas de reprovação e do abandono, sendo que a primeira apresentou diminuição significativa.

Tabela 11 – Taxas de rendimento da rede de ensino público de Conselheiro Lafaiete -2016, 2018 e 2020 (%)

Ano	Taxa de aprovação			
	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Total Ensino Fundamental	Total Ensino Médio
2016	96,8	78,4	88,1	81,6
2018	96,1	80,2	88,7	82,0
2020	99,4	96,3	98,0	91,7
Ano	Taxa de reprovação			
2016	3,0	19,6	10,8	13,3
2018	3,6	17,3	9,9	10,6
2020	0,0	0,0	0,0	1,8
Ano	Taxa de abandono			
2016	0,2	2,0	1,1	5,1
2018	0,3	2,5	1,4	7,4
2020	0,6	3,7	2,0	6,5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2021.

Em comparação com Minas Gerais, Conselheiro Lafaiete se encontra em situação similar em termos da taxa de aprovação nos primeiros anos do fundamental e inferior nos demais níveis de ensino (Tabela 12). Comparado aos municípios vizinhos, Conselheiro Lafaiete fica em uma posição intermediária.

Apesar dos resultados registrados no último ano decorrente de um período atípico vivenciado por toda a sociedade brasileira e com profundo reflexo na educação, a reprovação e abandono verificados nos anos finais do ensino fundamental e no médio é um problema a ser enfrentado tanto no município de Conselheiro Lafaiete quanto no estado de Minas Gerais, pois possui efeito perverso ao acarretar a evasão, ou seja, o aluno tende a evadir após sucessivas repetências e abandonos.

Tabela 12 - Taxa de aprovação dos estudantes no ensino público básico do município de Conselheiro Lafaiete, Municípios limítrofes e Minas Gerais – 2020 (%)

Nome do Município	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Total Ensino Fundamental	Total Ensino Médio
Minas Gerais	99,6	99,0	99,3	97,1
Conselheiro Lafaiete	99,4	96,3	98,0	91,7
Congonhas	100,0	98,9	99,5	87,2
Ouro Branco	98,8	94,3	96,7	87,8
Itaverava	100,0	98,4	99,2	96,3
Santana dos Montes	100,0	99,5	99,7	93,5
Cristiano Ottoni	98,6	91,9	95,7	77,4
Queluzito	100,0	90,5	95,6	90,7
São Brás do Suaçuí	100,0	100,0	100,0	92,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2021.

A Tabela 13 mostra a proficiência média no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de Conselheiro Lafaiete e Minas Gerais para a rede pública. Estes dados são importantes por permitir que o município avalie a qualidade da educação ofertada a seus estudantes e são, juntamente com a taxa de aprovação, componentes do Ideb.

Os resultados do Saeb para o município apontam melhor desempenho comparativamente ao estado em todo o período e em todos os níveis de ensino. Mostram também, melhora na proficiência do 5º ano do fundamental em Conselheiro Lafaiete para as duas disciplinas e para as duas redes de ensino, com exceção da pequena queda verificada entre 2017 e 2019 na rede municipal para língua portuguesa. Embora a rede estadual apresente níveis menores de proficiência que a rede municipal, ela apresentou crescimento mais acentuado entre 2013 e 2019, de 3,5% em matemática e 5,9% em língua portuguesa. Na rede municipal, o crescimento foi de, respectivamente, 0,5% e 1,8%. No caso do 9º ano do fundamental, a proficiência dos alunos na rede municipal é mais elevada que na rede estadual nas duas disciplinas, entretanto, essa última registrou melhoras entre 2013 e 2019, enquanto que na rede municipal houve estagnação ou mesmo redução entre 2017 e 2019.

No 3º ano do ensino médio também se observa melhor posição da rede municipal comparativamente a rede estadual em termos de proficiência nas duas disciplinas, entretanto, o desempenho foi maior na segunda que apresentou crescimento mais

acentuado entre 2017 e 2019, de 5,9% em matemática e 6,2% em língua portuguesa. Na rede municipal, o crescimento foi de, respectivamente, 4,0% e 1,6%. Cabe lembrar que apenas uma escola municipal oferta esse nível de ensino.

Tabela 13 - Médias de proficiência no Saeb por rede de ensino–Conselheiro Lafaiete e Minas Gerais– 2013, 2015, 2017 e 2019

Localização/Rede de ensino	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	5º ano		9º ano		3º ano <sup>(1)</sup>	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
<b>Minas Gerais – Rede Pública</b>						
2013	226,58	208,95	260,21	251,98	270,45	261,43
2015	228,40	217,04	260,05	255,18	265,17	262,96
2017	231,83	223,82	258,21	257,05	271,59	268,49
2019	232,58	219,72	262,00	257,92	278,74	277,84
<b>Conselheiro Lafaiete – Rede Pública</b>						
2013	246,04	229,48	275,65	265,22	-	-
2015	242,88	233,29	271,58	270,01	-	-
2017	245,23	236,30	278,27	279,34	281,14	279,73
2019	250,87	237,93	287,11	282,74	296,70	295,95
<b>Conselheiro Lafaiete– Rede Estadual</b>						
2013	237,56	221,86	262,24	253,30	-	-
2015	235,27	224,63	257,79	255,08	-	-
2017	238,42	230,21	259,60	259,58	272,97	273,38
2019	245,82	235,02	271,87	269,92	289,16	290,22
<b>Conselheiro Lafaiete– Rede Municipal</b>						
2013	252,76	235,52	294,69	282,12	-	-
2015	247,21	238,23	294,42	294,75	-	-
2017	249,67	240,27	305,02	307,65	301,94	304,76
2019	253,94	239,70	305,01	297,80	314,06	309,59

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acesso em: nov. 2021.

Nota: <sup>(1)</sup>Para Minas Gerais, considerou o resultado da rede estadual.

O Ideb é um índice importante para avaliar a qualidade do ensino público, combinando resultados do Saeb e das taxas de aprovação para as escolas do país, refletindo bianualmente, as dimensões de aprendizagem e fluxo. Além de calcular o índice, o Inep estabeleceu metas até 2021, para Brasil, estados, municípios e escolas, que visam traçar um

caminho de evolução individual do índice rumo à melhoria da qualidade da educação. Em Conselheiro Lafaiete, em todas as etapas da educação, as redes de ensino municipal, estadual e federal possuem Ideb maior que o agregado das escolas públicas de Minas Gerais, com exceção dos anos finais do fundamental na rede estadual nos anos de 2015 e 2017. Chama atenção que entre 2013 e 2017 o Ideb dos anos finais das escolas estaduais caiu gradualmente, e, em 2019, apresentou importante elevação, alcançando valor similar ao registrado no agregado das escolas públicas de Minas Gerais (Tabela 14).

Nos anos iniciais, observa-se um desempenho melhor da rede municipal em comparação com a rede estadual do município nos anos de 2013 e 2015. No período seguinte, os ganhos foram maiores na rede estadual com crescimento de 6,2% no índice comparativamente a rede municipal (1,5%). Tal resultado levou a rede estadual a alcançar em 2019 a meta estabelecida para 2021 de 6,9. O mesmo não ocorreu na rede municipal que em 2019 alcançou valor estabelecido para o ano de 2017 (6,8). Nos anos finais, o desempenho da rede municipal é melhor que na rede estadual, tanto em termos de nível como de evolução, o que estabelece melhor posicionamento da primeira em termos das metas a serem alcançadas, fato ainda não observado em ambos os casos. Entre 2013 e 2019, o Ideb cresceu 2,2% na rede estadual e 12,0% na municipal. Apesar desse elevado crescimento, a rede municipal alcançou em 2019 a meta proposta para 2017, enquanto que a rede estadual obteve um índice pouco maior daquele estabelecido para 2013.

No ensino médio, a escola municipal Napoleão Reis, única da rede a ofertar esse nível de ensino, supera o desempenho médio registrado no agregado das escolas estaduais. Entretanto, a evolução entre 2017 e 2019, nas escolas estaduais, foi significativamente maior, determinando o alcance para além da meta estabelecida para 2021. A variação do Ideb das escolas estaduais entre 2017 e 2019 foi de 16,2%, enquanto que na escola municipal foi de 3,8%, em que pese que o Ideb dessa última seja maior.

A oferta de nível médio da rede federal de Conselheiro Lafaiete é composta por uma instituição, o Instituto Federal de Minas Gerais – Campus avançado de Conselheiro Lafaiete que apresentou um Ideb, em 2017, maior que o das redes estadual e municipal.

Tabela 14—Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) observado e metas projetadas para a rede pública de Minas Gerais e Conselheiro Lafaiete – 2013-2021

Localização/Nível de ensino	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2013	2015	2017	2019	2013	2015	2017	2019	2021
Minas Gerais - Rede Pública									
Ensino Fund. - Anos iniciais	5,9	6,1	6,3	6,3	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Ensino Fund. - Anos finais	4,6	4,6	4,5	4,7	4,4	4,8	5,0	5,3	5,6
Ensino Médio <sup>(1)</sup>	3,6	3,5	3,6	4,0	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3
Conselheiro Lafaiete - Rede Estadual									
Ensino Fund. - Anos iniciais	6,5	6,5	6,7	6,9	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Ensino Fund. - Anos finais	4,6	4,3	4,2	4,7	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
Ensino Médio	***	***	3,7	4,3	***	***	***	3,9	4,1
Conselheiro Lafaiete - Rede Municipal									
Ensino Fund. - Anos iniciais	6,7	6,6	6,7	6,8	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2
Ensino Fund. - Anos finais	5,0	5,3	5,4	5,6	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1
Ensino Médio	***	***	5,2	5,4	***	***	***	5,4	5,6
Conselheiro Lafaiete - Rede Federal									
Ensino Médio	***	***	5,8		***	***	***	6,0	6,2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acesso em: out. 2021

Nota: \*\*\* Não se aplica.

<sup>(1)</sup> Apenas rede estadual.

A semelhança já observada no desempenho do conjunto das escolas estaduais e municipais nos anos iniciais do ensino fundamental é resultado de uma diversidade de resultados quando analisadas as escolas individualmente (Tabelas 15 e 16). São diferentes realidades tanto em termos de nível como evolução entre 2013 e 2019. Tomando como referência os anos iniciais do ensino fundamental e as metas estabelecidas para o ano de 2019, tanto na rede estadual como municipal, mais de 50% das escolas já teriam alcançado tais valores. Destaque para os três melhores desempenhos das seguintes escolas estaduais: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Augusto José Vieira e Queiroz Júnior. E, no caso das escolas municipais: Prof. Doriol Beato, Meridional e Arnaldo Rodrigues Pereira. Por outro lado, as escolas estaduais com os piores desempenhos nos anos iniciais foram: Isaura Ferreira, Prof. Alcides Rodrigues Pereira e Luiz de Mello Vianna Sobrinho. Das escolas municipais foram: José Castellões de Menezes, Marinho Fernandes e Jair Noronha.

Nos anos finais, refletindo os resultados agregados, percebe-se que a maioria das escolas não atingiu a meta. Entre as escolas estaduais, o destaque positivo são as escolas Dr. Antônio Nogueira de Rezende e Monsenhor Horta que obtiveram os melhores índices e alcançaram as metas estabelecidas. Na rede municipal, as escolas Prof. Doriol Beato e Arnaldo Rodrigues Pereira são as que possuem maior Ideb, porém, abaixo da meta. Apesar de apresentarem índices intermediários, as escolas Meridional, Napoleão Reis e Vereador José Aleixo de Matos alcançaram em 2019 as metas estabelecidas. Por outro lado, as escolas estaduais com os piores desempenhos nos anos iniciais foram: D. Antero Chaves e Isaura Ferreira. Das escolas municipais foram: Jair Noronha e CAIC Dr. Rui Pena.

No ensino médio, todas as escolas estaduais que tem índice calculado para 2019 já alcançaram as metas estabelecidas, com destaque para as escolas Geraldo Bittencourt e Monsenhor Antônio José Ferreira, com os melhores desempenhos. Os piores desempenhos foram registrados nas escolas Luiz de Mello Vianna Sobrinho e Lopes Franco. Na rede municipal, a escola Napoleão Reis também já alcançou a meta e obteve desempenho melhor que todas as escolas estaduais.

Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) observado e metas projetadas por escolas<sup>(1)</sup> da rede estadual de Conselheiro Lafaiete – 2013-2021

Nível de ensino/Escolas	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2013	2015	2017	2019	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Ensino Fundamental - Anos iniciais</b>									
EE PROFESSOR ALCIDES RODRIGUES PEREIRA	6,1	6,3	5,4	5,6	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
EE PROFESSOR ASTOR VIANNA	5,6	4,2	-	6,0	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6
EE AUGUSTO JOSE VIEIRA	6,8	-	-	7,3	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1
EE DOMINGOS BEBIANO	6,6	6,7	6,4	7,1	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1
EE QUEIROZ JUNIOR	6,1	6,4	-	7,2	6,3	6,5	6,7	7,0	7,2
EE DOUTOR ANTERO CHAVES	5,7	6,3	6,1	6,7	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4
EE GENERAL OSWALDO PINTO DA VEIGA	6,9	7,0	6,6	6,9	6,4	6,6	6,8	7,0	7,2
EE GENERAL SYLVIO RAULINO DE OLIVEIRA	6,6	6,9	6,9	7,0	5,9	6,2	6,4	6,7	6,9
EE GERALDO BITTENCOURT	7,0	5,9	7,2	6,9	6,0	6,2	6,4	6,7	6,9
EE PROFESSORA MARIA AUGUSTA NORONHA	6,4	-	4,7	-	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
EE MONSENHOR ANTONIO JOSE FERREIRA	-	-	-	-	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8
EE ISaura FERREIRA	6,2	5,8	7,1	5,0	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3
EE LOPES FRANCO	6,1	-	6,7	6,8	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
EE LUIZ DE MELLO VIANNA SOBRINHO	6,0	6,2	6,1	5,7	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8
EE MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	7,2	7,4	7,7	8,2	6,0	6,2	6,5	6,7	6,9
EE DOUTOR ANTONIO NOGUEIRA DE REZENDE	-	-	7,6	7,0	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
EE MOACIR DE SOUZA DIAS	6,8	-	5,8	6,4	5,3	5,6	5,8	6,1	6,4
<b>Ensino Fundamental - Anos finais</b>									
EE PROFESSOR ASTOR VIANNA	4,2	3,3	3,3	-	3,6	4,0	4,3	4,6	4,8
EE AUGUSTO JOSE VIEIRA	-	-	-	5,1	5,8	6,1	6,3	6,5	6,7
EE DOMINGOS BEBIANO	4,8	4,3	4,4	5,2	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
EE QUEIROZ JUNIOR	3,8	5,4	5,3	-	6,2	6,5	6,7	6,9	7,1
EE DOUTOR ANTERO CHAVES	4,1	4,8	-	2,6	3,8	4,2	4,4	4,7	4,9
EE GENERAL SYLVIO RAULINO DE OLIVEIRA	5,5	4,7	4,9	5,3	5,1	5,4	5,7	5,9	6,1
EE GERALDO BITTENCOURT	5,2	4,4	4,4	5,1	5,3	5,7	5,9	6,1	6,4
EE MONSENHOR HORTA	4,2	4,8	4,3	5,4	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
EE PROFESSORA MARIA AUGUSTA NORONHA	4,0	2,6	-	-	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
EE MONSENHOR ANTONIO JOSE FERREIRA	3,4	-	-	-	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
EE ISaura FERREIRA	4,8	3,9	3,5	4,0	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
EE LOPES FRANCO	4,7	4,0	-	4,7	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
EE LUIZ DE MELLO VIANNA SOBRINHO	3,9	3,8	4,0	4,3	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
EE NARCISO DE QUEIROS	5,5	4,2	4,5	4,7	6,2	6,5	6,7	6,9	7,1
EE PACIFICO VIEIRA	3,8	-	-	-	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
EE DOUTOR ANTONIO NOGUEIRA DE REZENDE	-	-	4,8	5,6	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
EE MOACIR DE SOUZA DIAS	5,1	4,3	4,6	5,0	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
<b>Ensino Médio</b>									
EE QUEIROZ JUNIOR			3,9	4,3				4,1	4,3
EE GERALDO BITTENCOURT			4,3	5,2				4,5	4,7
EE MONSENHOR ANTONIO JOSE FERREIRA			4,0	5,1				4,3	4,5
EE LOPES FRANCO			3,9	4,1				4,1	4,3
EE LUIZ DE MELLO VIANNA SOBRINHO			3,8	3,9				4,1	4,3
EE DOUTOR ANTONIO NOGUEIRA DE REZENDE			4,4	-				4,6	4,8
EE MOACIR DE SOUZA DIAS			3,1	4,5				3,3	3,5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acesso em: out. 2021.

Nota: (1)As escolas que não apareceram na tabela não possuem resultados em nenhum nível de ensino e ano.

Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) observado e metas projetadas por escolas<sup>(1)</sup> das redes municipal e federal de Conselheiro Lafaiete – 2013-2021

Nível de ensino/Escolas	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2013	2015	2017	2019	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Escola municipal</b>									
<b>Ensino Fundamental - Anos iniciais</b>									
ESCOLA MUNICIPAL JULIA MIRANDA NOGUEIRA	6,6	6,9	6,7	6,5	5,7	6,0	6,2	6,4	6,7
EM ARNALDO RODRIGUES PEREIRA	-	6,5	6,5	7,3	-	-	6,7	6,9	7,1
ESCOLA MUNICIPAL JAIR NORONHA	6,1	5,2	5,6	5,7	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSE LOBO DA SILVEIRA	-	-	6,2	-	-	-	-	6,4	6,6
ESCOLA MUNICIPAL MERIDIONAL	7,1	7,1	7,4	7,6	6,7	6,9	7,1	7,3	7,4
EM PROF DORIOL BEATO	7,5	7,6	7,9	8,0	7,4	7,6	7,7	7,9	8,0
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NILCE MOREIRA	6,3	6,3	6,7	6,5	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
CAIC EM DR RUI PENA	6,3	6,3	5,6	5,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3
EM MARINHO FERNANDES	5,4	5,4	5,9	5,1	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
EM JOSE CASTELLOS DE MENEZES	-	3,9	5,3	4,8	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8
EM VEREADOR JOSE ALEIXO DE MATOS	-	6,5	6,5	7,0	5,9	6,1	6,3	6,6	6,8
ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO DA FONSECA	6,9	6,7	7,2	6,8	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7
ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ALFREDO LAPORTE	6,6	6,6	7,3	7,2	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR OLAVO MENDES BRANDAO	6,6	6,7	7,2	6,2	-	6,8	7,0	7,1	7,3
EM DEP ELY FRANCO RIBEIRO	6,0	6,0	6,1	6,1	-	6,2	6,4	6,7	6,9
EM PEDRO REZENDE DOS SANTOS	-	-	6,4	6,7	-	-	-	6,6	6,8
ESCOLA MUNICIPAL JADIR PINTO DE AZEVEDO	-	-	5,9	6,7	-	-	-	6,1	6,4
<b>Ensino Fundamental - Anos finais</b>									
EM ARNALDO RODRIGUES PEREIRA	-	-	-	6,2	-	-	-	-	6,4
ESCOLA MUNICIPAL JAIR NORONHA	4,8	4,7	3,3	4,0	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9
ESCOLA MUNICIPAL MERIDIONAL	5,2	5,3	5,5	6,0	4,9	5,4	5,6	5,8	6,1
EM NAPOLEAO REIS	4,1	5,2	5,9	5,7	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
EM PROF DORIOL BEATO	5,7	6,2	6,4	6,6	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NILCE MOREIRA	5,4	5,1	5,7	5,2	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
EM PROFESSOR LUIZ CARLOS GOMES BEATO	4,8	5,4	5,6	5,1	5,7	6,0	6,2	6,4	6,6
CAIC EM DR RUI PENA	4,9	4,2	-	4,0	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
EM MARINHO FERNANDES	4,5	-	-	4,5	-	4,7	4,9	5,2	5,4
EM VEREADOR JOSE ALEIXO DE MATOS	-	-	4,0	5,2	-	-	-	4,4	4,7
<b>Ensino Médio</b>									
EM NAPOLEAO REIS			5,2	5,4				5,4	5,6
<b>Escola Federal</b>									
<b>Ensino Médio</b>									
IFMG - CAMPUS AVANÇADO CONSELHEIRO LAFAIETE			5,8	-				6,0	6,2

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acesso em: out. 2021

Nota: (1) As escolas que não apareceram na tabela não possuem resultados em nenhum nível de ensino e ano.

Ao examinar esforço orçamentário com a Educação<sup>5</sup> no município (Tabela 17), nota-se que Conselheiro Lafaiete destina 29,1% do total dos seus gastos em educação (valor estável nos últimos três anos), valor que se destaca dentre os municípios limítrofes juntamente com Cristiano Ottoni e São Brás do Suaçuí.

Tabela 17 – Esforço orçamentário com Educação em Conselheiro Lafaiete e Municípios limítrofes – 2017-2019 (%)

Ano	2017	2018	2019
Conselheiro Lafaiete	28,7	29,4	29,1
Congonhas	16,3	15,3	15,1
Ouro Branco	23,2	25,2	25,0
Itaverava	21,3	21,8	22,0
Santana dos Montes	20,4	21,5	22,9
Cristiano Ottoni	28,9	28,7	30,2
Queluzito	14,9	13,2	14,4
São Brás do Suaçuí	27,2	27,9	29,1

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: outubro de 2021.

Por outro lado, quando analisado o gasto *per capita* com a Educação<sup>6</sup> no município comparativamente aos municípios limítrofes (Tabela 18), nota-se que Conselheiro Lafaiete é o município, conjuntamente com Itaverava, com menor gasto *per capita*.

<sup>5</sup>Participação dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizados nas subfunções: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Ensino Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, no total dos gastos.

<sup>6</sup> Valor dos gastos orçamentários apresentados nas Prestações de Contas Anuais (PCA) realizados nas subfunções Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Ensino Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, dividido pela população total do município.

Tabela 18 – Gasto *per capita* com Educação em Conselheiro Lafaiete e Municípios limítrofes – 2017-2019 (%)

Ano	2017	2018	2019
Conselheiro Lafaiete	480,52	518,51	521,54
Congonhas	1051,33	1024,17	1097,34
Ouro Branco	640,40	746,82	774,14
Itaverava	503,27	517,40	586,61
Santana dos Montes	599,62	713,46	877,26
Cristiano Ottoni	900,27	865,28	904,41
Queluzito	877,34	851,01	873,26
São Brás do Suaçuí	1351,44	1347,71	1657,27

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: outubro de 2021.

### 3. GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM CONSELHEIRO LAFAIETE

A gestão da educação é centralizada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que conta com uma equipe enxuta frente ao tamanho da sua rede, prejudicando o acompanhamento e auxílio pedagógico para as escolas, principalmente no que se refere à educação infantil. Possui sistema próprio de ensino o que permite legislar e fiscalizar ao mesmo tempo, estabelecendo regras próprias como, por exemplo, o calendário escolar. Além do Conselho Municipal de Educação, estão formados os conselhos de Alimentação Escolar e do Fundeb. O transporte escolar funciona regularmente, especialmente nas áreas rurais, mas também para alunos das escolas estaduais por meio de convênio.

Atualmente não possui projetos ou programas próprios, aderindo à praticamente todos os programas federais, como o Programa Escola e Família (uma escola foi contemplada), Aprender Valor, projeto de educação financeira, Tempo de Aprender, e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (encaminhou proposta, mas ainda não foi contemplado). A SEMED também busca valorizar os projetos próprios das escolas, como as olimpíadas de matemática e de astronomia e astronáutica. Algumas escolas também têm parcerias com empresas, como a Vale e a Gerdau. Recentemente, foi firmada uma parceria com a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e com faculdades particulares, essa última para capacitação e cuidados terapêuticos dos profissionais da educação.

Deve-se ressaltar, entretanto, o período atípico em que a nova gestão da SEMED assumiu. O primeiro ponto é em relação aos projetos da gestão anterior (2018 a 2020) que foram inviabilizados devido a questionamentos do CMECL e do Conselho do Fundeb. O segundo ponto refere-se ao fato da atual gestão ter assumido em plena pandemia da Covid-19, com a paralisação das aulas presenciais que foram substituídas pela educação remota emergencial. Para a SEMED, a prioridade em 2022, segundo entrevistas, é um projeto de intervenção pedagógica para recuperação do atraso na aprendizagem dos alunos dos conteúdos ministrados em 2020 e 2021. Para isso, é necessário um diagnóstico dos alunos para dar maior foco a recuperação da aprendizagem. O CMECL também está envolvido, traçando diretrizes para o diagnóstico e o plano de intervenção.

No município, existem poucas ações ou programas intersetoriais alinhados com outros órgãos. No momento, existe o Programa Saúde na escola em parceria com a secretaria de saúde, que também é um programa do governo federal, e o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas), em parceria com a Polícia Militar. Observa-se, portanto, a falta de integração entre setores da própria gestão municipal, acontecendo pontualmente ou por iniciativa de algumas escolas. Nas escolas que atendem as crianças e jovens mais vulneráveis é fundamental uma parceria com a assistência social e saúde, que possibilite ao aluno um acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Outro ponto que necessita atenção, e que requerem ações intersetoriais, é em relação ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais. A primeira dificuldade enfrentada pelas escolas é em relação à realização da avaliação do aluno por profissionais especializados. Outra dificuldade é a falta de profissional adequado para dar suporte aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais. Uma das ações para fomentar a qualidade da educação básica que está no Plano Municipal de Educação (PME) diz respeito à promoção da "articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional".

Com relação ao Plano Municipal de Educação, a vigência do atual é de 2015-2025, sendo necessário, portanto, a sua revisão nesse momento. O que foi percebido pelas

entrevistas com os gestores educacionais é que faltou um monitoramento e acompanhamento sistemático dos indicadores das metas estabelecidas no PME.

Uma das metas do PME que não foi cumprida é a que estabelece a garantia do atendimento de 30% da demanda por creches das crianças de zero a três anos de idade, embora o atendimento das crianças de quatro e cinco anos já esteja universalizado, porém, em tempo parcial. Está no planejamento da SEMED a realização de novo recadastramento das crianças até três anos, para conhecer a real demanda, e a construção de escolas que também contemplem creches. É importante considerar que as novas construções de escolas e creches sejam planejadas de tal forma que se localizem em bairros onde existam maiores demandas e que a infraestrutura atenda integralmente às necessidades dos alunos. Também é importante, que, enquanto o município não atende plenamente a demanda, as crianças em situação de vulnerabilidades tenham prioridade no atendimento.

Um dos gargalos percebidos na pesquisa de campo é em relação infraestrutura das escolas municipais. Embora as escolas, na sua maioria, estejam equipadas com quadras, laboratórios de informática e bibliotecas, há problemas básicos de infraestrutura, como goteiras nos telhados, rachaduras nas paredes, entupimentos nos banheiros, falta de acesso à internet e mato alto nas áreas internas, ou seja, as escolas necessitam de manutenção. Também há problemas em relação à adequação das salas de aula, que são pequenas para o número de alunos, e, em algumas, o laboratório de informática serve como depósito, pois não há internet. No caso das creches, a questão da adequação é ainda mais problemática, pois a maioria funciona em casas alugadas que, apesar de terem sido adaptadas, ainda não contam com estrutura adequada para o atendimento dessa faixa etária.

Outra questão percebida foi a falta de um currículo básico comum para as escolas municipais. Assim, as escolas seguem um currículo próprio, o que acarreta prejuízo ao aluno em caso de transferência de escola. Esse ano foi realizado estudo para se propor um currículo comum, entretanto, ainda não há um documento pronto.

O plano de carreira do magistério municipal está implantado desde 2012, porém, está sendo revisto atualmente com a reforma administrativa do município que está em andamento. Foi levantada por alguns entrevistados a falta de incentivos de produtividade do

plano de carreira atual. Outro problema levantado na pesquisa de campo é com relação a forma de escolha dos diretores das escolas municipais. Atualmente, a SEMED indica os diretores, sem a participação da comunidade escolar, ou seja, não há eleição. Nas escolas estaduais, a escolha do diretor ocorre de forma mais democrática, com eleições, envolvendo a comunidade escolar.

Embora Conselheiro Lafaiete seja sede da Superintendência Regional da Educação (SRE), não há uma articulação efetiva entre as redes municipal e estadual, com poucos projetos e ações em parceria, uma delas é a participação do município no Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (Sucem) e o transporte escolar. Para os moradores de Conselheiro Lafaiete, o importante é uma educação pública de qualidade, independentemente de qual ente federativo a oferta, assim, é fundamental a cooperação entre as redes. Cabe lembrar que o ensino médio é majoritariamente ofertado pela rede estadual, 83,7% das matrículas de 2020.

As escolas estaduais do município possuem vários projetos e programas, entre eles o tempo integral, Trilhas de futuro (cursos técnicos em instituições privadas, em que o estado repassa o valor da mensalidade, auxílio alimentação e transporte), implantação de um currículo referência do ensino médio para Minas Gerais, programa de correção de fluxo, Programa Jovem de Futuro (parceria com o Instituto Unibanco), Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE), em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), e programas de capacitação continuada para os gestores escolares, professores e equipe pedagógica. Na pandemia, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) coordenou a aplicação de avaliações trimestrais nas escolas para identificar os alunos com maior defasagem de aprendizagem e foram criadas turmas de reforço escolar no contraturno. As escolas estaduais apresentam boa infraestrutura, tanto em termos da manutenção básica quanto de equipamentos existentes (quadras, bibliotecas e laboratório de informática).

Com relação à educação profissional, o município conta com o campus avançado do Instituto Federal de Minas Gerais, escolas estaduais que ofertam essa modalidade, além do projeto do estado Trilhas de Futuro, e estabelecimentos privados, que, em 2020, eram

responsáveis por 67% das matrículas da educação profissional regular, segundo dados do censo escolar.

Na educação superior, Conselheiro Lafaiete possui algumas instituições que oferecem cursos diversificados, que recebem não apenas os jovens e adultos do município, mas também dos municípios do entorno. Entretanto, todas as instituições de ensino superior são privadas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação básica pública de Conselheiro Lafaiete apresenta bom desempenho quando considerados os indicadores de qualidade do Inep, principalmente nos anos iniciais do fundamental, com médias maiores que a do estado de Minas Gerais. Entretanto, existe grande heterogeneidade desse indicador entre as escolas. Observa-se também uma alta taxa de distorção idade-série, principalmente nas escolas estaduais nos anos finais do fundamental e no ensino médio. Na pesquisa de campo, esses problemas foram atribuídos, principalmente, à vulnerabilidade social dos alunos. A intersetorialidade, articulação de ações de áreas afins como educação, cultura, esportes, assistência social e saúde visando alcançar as diferentes dimensões das situações de vulnerabilidade, é essencial como forma de diminuir a exposição a riscos sociais e de outra ordem fora do ambiente escolar, presentes no cotidiano de crianças e adolescentes. A intersetorialidade é um aspecto que não está presente na concepção e prática dos principais atores da área da educação do município, a não ser em questões pontuais.

Especificamente em relação à rede municipal, observou-se a necessidade das escolas realizarem um acompanhamento pedagógico sistemático dos seus alunos, coordenado pela gestão central, com equipe de pedagogas para acompanhar o desempenho individual dos alunos, com intervenções durante o processo de desenvolvimento curricular. Algumas escolas possuem projetos de intervenção pedagógica, mas é uma iniciativa do gestor escolar e não um direcionamento da secretaria municipal. Está em discussão na SEMED um plano de intervenção pedagógica para minimizar a defasagem no aprendizado provocado pelo ensino remoto imposto pela pandemia da COVID-19. Porém, o acompanhamento e a intervenção pedagógica, como aulas de reforço e oficinas, devem ser pensados para além dos problemas

provocados pela pandemia. A falta de uma matriz curricular comum para as escolas da rede e a forma pouco democrática para a nomeação dos diretores também foram problemas detectados na pesquisa de campo. São pontos fundamentais quando se tem como propósito a redução das inequidades educacionais.

A rede de escolas municipais é ampla, todavia, necessitam de investimentos em infraestrutura, pois muitos estabelecimentos estão com problemas estruturais e com inadequação dos seus espaços, principalmente no atendimento de crianças menores. A educação infantil de 4 e 5 anos está universalizada, mas, a universalização de creches para crianças de 0 a 3 anos de idade ainda está aquém da demanda observada pela rede municipal.

Outra questão relevante para a gestão da educação em Conselheiro Lafaiete é a baixa integração da rede estadual com a municipal. Embora o município possua sistema próprio de ensino, essa integração é essencial para o enfrentamento dos entraves ao bom desenvolvimento da educação com ações combinadas.

Por fim, ressalta-se que a maioria das questões levantadas nesse diagnóstico já está contemplada no Plano Municipal de Educação e no Plano Nacional, com metas e estratégias estabelecidas. É importante, portanto, o acompanhamento e monitoramento sistemático do PME, cujo papel do CMECL é central, já que é um fórum adequado para debater e buscar aprimoramento permanente e qualificado da educação no município.